

ENTREVISTA / INTERVIEW / ENTRETIEN

“A teoria do jornalismo ainda é um projeto”

Entrevista com Eduardo Meditsch

APRESENTAÇÃO

Eduardo Barreto Vianna Meditsch é uma figura incontornável quando o assunto é o desenvolvimento dos estudos de jornalismo no Brasil. Professor aposentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde atuou desde 1982, ele é autor, entre outros, das obras *O Conhecimento do Jornalismo*, *O Rádio na Era da Informação: Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo* e *Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir*. Também redigiu dezenas de artigos científicos e capítulos de livro, quase todos sobre ensino e pesquisa em jornalismo. Meditsch tem se interessado pela compreensão desse objeto pelas lentes da sociologia do conhecimento. Foi nessa linha, por exemplo, que passou um ano como *visiting scholar* na University of Texas at Austin, nos Estados Unidos (2010-2011), onde iniciou o projeto de pesquisa: ‘As ideias e seus lugares: um panorama internacional do percurso do jornalismo no campo acadêmico’. Nele, explora as dificuldades de desenvolvimento teórico sobre o jornalismo na área acadêmica, por meio de um estudo dos processos históricos e sociológicos e da institucionalização do campo em diferentes países, com foco particular no Brasil.

Este esforço de reconstrução da história do campo passa, nas palavras de Meditsch, por adotar uma perspectiva mais crítica, “para entender por que a área seguiu o caminho que seguiu”. Para isso, ele reconstrói os movimentos, alianças e conflitos entre atores dos meios acadêmico e profissional e que resultaram na configuração atual dos estudos de jornalismo no Brasil. Trata-se ainda de um processo constantemente atravessado pelo contexto político. Em seus trabalhos (e nesta entrevista), Meditsch recupera o papel da ditadura militar de 1964-1985 na cooptação de parte da sociedade brasileira para o seu projeto de uso da comunicação como instrumento de “guerra psicológica”. Mas ele também mostra como as resistências que se produziram dentro e fora do meio acadêmico permitiram uma mudança de paradigma e uma relativa diversificação teórica do campo a partir dos anos 1970-1980.

Eduardo foi também um protagonista político dessa história. De certa forma, sua trajetória acadêmica se confunde com os movimentos recentes de construção da área no Brasil. Além de ensinar e publicar sobre o tema, ele foi um dos fundadores, em 2003, em Brasília, da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), entidade que atuou de forma decisiva no processo de legitimação do campo. Quatro anos mais tarde, em 2007, ajudou a fundar o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem atualmente o único doutorado em jornalismo da América Latina. Também integrou, junto com os professores José Marques de Melo, Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira, a comissão que criou, em 2013, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em jornalismo, que orienta os currículos dos cursos de bacharelado em todo o país.

Mas a relação de Eduardo com os estudos de jornalismo é também afetiva. Ela é atravessada pelas amizades construídas ao longo dos últimos 40 anos com profissionais, estudantes e colegas pesquisadores. E pelos vínculos que criou com instituições como a própria SBPJor e a Universidade de Brasília. Ainda criança, nos anos 1960, ele foi um dos primeiros habitantes da Colina (como é chamada a residência dos professores da UnB), pouco antes da descaracterização do projeto político-pedagógico da Universidade pelo regime militar. Ele encerrou sua carreira, neste ano de 2022, como professor visitante na mesma instituição.

Meditsch falou por mais de uma hora com Zélia Leal Adghirni e Fábio Henrique Pereira. Na conversa, ele analisa a evolução dos estudos de jornalismo no Brasil e reflete sobre os desafios do ensino da profissão para os próximos anos. Adepto da pedagogia de Paulo Freire, Meditsch sublinha a importância de se

“inventar um jornalismo popular de qualidade”. A entrevista, concedida em abril de 2021, em pleno governo Bolsonaro, termina com um desafio para o meio acadêmico nos próximos anos: “vamos ver o que vai ser da ciência brasileira e da pesquisa em jornalismo, depois de passar este vendaval”.

“Journalism theory is still a work in progress”

INTERVIEW WITH EDUARDO MEDITSCH

PRESENTATION

Eduardo Barreto Vianna Meditsch is a leading figure in journalism studies in Brazil. A retired professor from the Federal University of Santa Catarina, where he worked from 1982 until recently, he has written among other books *O Conhecimento do Jornalismo* (The Knowledge of Journalism), *O Rádio na Era da Informação: Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo* (Radio in the Age of Information: Theory and Technique of New Radio Journalism) and *Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir* (Pedagogy and Research for the Journalism to Come). He has also written dozens of academic articles and book chapters, most of which are related to journalism research and education. Meditsch is now interested in understanding this object from the perspective of the sociology of knowledge. He explored these considerations further by spending a year as a visiting scholar at the University of Texas at Austin in the United States (2010-2011), where he conducted a research project entitled “Ideas and their place: An International Overview of Journalism in Academia”. In it, he explores the difficulties of theoretical development on journalism in academia, through a study of the historical and sociological processes and institutionalization of the field in different countries, particularly in Brazil.

This effort to reconstruct the history of journalism involves, in Meditsch’s own words, adopting a more critical perspective “to understand why this field has evolved the way it has.” In order to do this, he charts the movements, alliances, and disputes between academic and professional figures resulting in the configuration of journalism studies in Brazil today, a process that is consistently affected by the political context. In his work, and in this interview, Meditsch denounces the role of the military dictatorship of 1964-1985 in co-opting a part of Brazilian society for its project of using communication as an instrument of “psychological warfare”. He also highlights how resistance from within and outside of academia led to a paradigm shift and a relative theoretical diversification in the field from 1970-1980 onwards.

Meditsch was also a political protagonist in this narrative. In a way, his academic trajectory is intertwined with the recent movements of construction of the field in Brazil. In addition to teaching and publishing on the subject, he was one of the founders, in 2003, in Brasília, of the Brazilian Association of Researchers in Journalism (SBPJor), an entity that has played a decisive role in the process of legitimizing the field. Four years later, in 2007, he participated in the creation of the Graduate Program in Journalism at the Federal University of Santa Catarina, which currently offers the only PhD program in journalism in Latin America. He also joined, along with professors José Marques de Melo, Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos and Sonia Virginia Moreira, the commission in charge of establishing, in 2013, the National Guidelines that define the fundamentals of journalism education throughout the country.

But Meditsch’s relationship with journalism studies is also an intimate one, emotionally marked by relationships developed over 40 years with professionals, students and fellow researchers, now friends, and with institutions such as SBPJor and the University of Brasília (UnB). As a child, in the 1960’s, he was one of the first residents of Colina, the UnB professors’ residence, shortly before the military regime distorted the political-pedagogical project of the university. 2022 marks the conclusion of his career as a visiting professor in the institution.

Meditsch spoke for over an hour with Zélia Leal Adghirni and Fábio Henrique Pereira. During this conversation, he analyzes the evolution of journalism studies in Brazil and reflects on the challenges of teaching the craft in the years to come. A believer in Paulo Freire’s pedagogy, Meditsch stresses the importance of “inventing a high-quality popular journalism”. The interview, conducted in April 2021, in the midst of the Bolsonaro government, ends with a challenge addressed to the academic world for the coming years: “let’s see what will happen to Brazilian science and research in journalism after the storm”.

« La théorie du journalisme est encore un projet »

ENTRETIEN AVEC EDUARDO MEDITSCH

PRESENTATION

Eduardo Barreto Vianna Meditsch est une figure incontournable des études de journalisme au Brésil. Professeur retraité de l'Université fédérale de l'état de Santa Catarina, où il a œuvré depuis 1982, il est l'auteur, entre autres, des ouvrages *O Conhecimento do Jornalismo* (La Connaissance du journalisme), *O rádio na Era da Informação : Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo* (La Radio à l'ère de l'information : Théorie et technique du nouveau journalisme radio) et *Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir* (Pédagogie et recherche pour le journalisme à venir). Il a également écrit des dizaines d'articles scientifiques et des chapitres de livres, qui pour la plupart portent sur l'enseignement et la recherche en journalisme. Meditsch s'intéresse désormais à la compréhension de cet objet sous l'angle de la sociologie de la connaissance. Pour en approfondir ces réflexions, il passe une année en tant que chercheur invité à l'Université du Texas à Austin, aux États-Unis (2010-2011), où il mène un projet de recherche intitulé « Les idées et leurs places : un panorama international du journalisme en milieu universitaire ». Il y explore les difficultés de développement théorique sur le journalisme en milieu universitaire, à travers une étude des processus historiques et sociologiques et de l'institutionnalisation du domaine dans différents pays, notamment au Brésil.

Cet effort de reconstruction de l'histoire du journalisme implique, selon les termes de Meditsch lui-même, l'adoption d'une perspective plus critique, « pour comprendre pourquoi ce domaine a pris le chemin qu'il a pris ». Pour ce faire, il retrace les mouvements, les alliances et les conflits entre les acteurs des milieux universitaires et professionnels ayant abouti à la configuration actuelle des études de journalisme au Brésil, un processus constamment traversé par le contexte politique. Dans ses travaux (et dans cet entretien), Meditsch dénonce le rôle de la dictature militaire de 1964-1985 dans la cooptation d'une partie de la société brésilienne pour son projet d'utilisation de la communication comme instrument de « guerre psychologique ». Il montre aussi comment les résistances manifestées à l'intérieur et en dehors du milieu universitaire ont engendré un changement de paradigme et une relative diversification théorique du domaine à partir des années 1970-1980.

Meditsch a également été un protagoniste politique de cette histoire. D'une certaine manière, sa trajectoire académique est entrelacée avec les récents mouvements de construction du domaine au Brésil. En plus d'enseigner et de publier sur le sujet, il a été l'un des fondateurs, en 2003, à Brasília, de l'Association brésilienne des chercheurs en journalisme (SBPJor), une entité qui a joué un rôle décisif dans le processus de légitimation du domaine. Quatre ans plus tard, en 2007, il a participé à la création du Programme d'études supérieures (école doctorale) en journalisme de l'Université fédérale de Santa Catarina, qui offre actuellement le seul doctorat en journalisme d'Amérique latine. Il a également intégré, aux côtés des professeurs José Marques de Melo, Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos et Sonia Virginia Moreira, la commission chargée d'établir, en 2013, les Directives nationales qui définissent les bases des formations en journalisme dans tout le pays.

Mais la relation de Meditsch avec les études de journalisme est également affective. Elle est traversée par les amitiés construites depuis 40 ans avec les professionnels, les étudiants et ses collègues chercheurs et par les liens établis avec des institutions telles que la SBPJor et l'Université de Brasília (UnB). Enfant, dans les années 1960, il était l'un des premiers habitants de la *Colina* (nom de la résidence des professeurs de l'UnB), peu avant que le régime militaire ne dénature le projet politico-pédagogique de l'université. Il a achevé sa carrière, en cette année 2022, en tant que professeur invité dans cette même institution.

Meditsch a parlé pendant plus d'une heure avec Zélia Leal Adghirni et Fábio Henrique Pereira. Dans cette conversation, il analyse l'évolution des études de journalisme au Brésil et réfléchit aux défis de l'enseignement de la profession dans les années à venir. Adepte de la pédagogie de Paulo Freire, Meditsch souligne l'importance « d'inventer un journalisme populaire de qualité ». L'entretien, accordé en avril 2021, en plein gouvernement Bolsonaro, s'achève sur un défi lancé au monde universitaire dans les prochaines années : « voyons ce qu'il adviendra de la science brésilienne et de la recherche en journalisme, après cette tourmente ».

Zélia Leal Adghirni- Vou começar perguntando sobre as origens da pesquisa acadêmica sobre jornalismo no Brasil. É uma história que ainda não foi registrada pelos especialistas da área. Como você explica essa negligência?

Eduardo Meditsch - Acho que existem vários motivos. Existe essa questão dos choques externos no processo de institucionalização do nosso campo. As análises acadêmicas das ciências humanas, particularmente a nossa área, talvez seja uma das mais vulneráveis, nesse sentido. Ou uma das mais visadas na medida em que a comunicação tem essa função estratégica na política. Então há também momentos de choques, de autoritarismo político, de guerra, de conflitos e, de alguma maneira, isso também vai afetar o desenvolvimento da área acadêmica. Minha análise sobre a construção do campo no Brasil é pessimista no sentido de que é uma tentativa de a gente ter uma visão mais crítica sobre a história da área. Como alguns historiadores pautaram a história da nossa área acadêmica, ela é muito mais uma história escrita de dentro da área. Tem como objetivo enaltecer as figuras, enaltecer as instituições. Todo um esforço de enaltecer a área. Mas é preciso ter esse ponto de vista crítico no sentido de detectar os problemas da área e de onde eles surgiram. Acho que essa é a função também do estudo da história do nosso campo. Isso é uma coisa que tem sido um tanto negligenciada em nosso esforço de construir uma história da área. Existem muitos textos, geralmente todos eles enaltecendo essas pessoas que construíram a área, as instituições que foram constituídas, mas que pouco se deparam com essas questões mais críticas, mais complicadas, que buscam entender por que a área seguiu o caminho que seguiu nesse processo de institucionalização.

Fábio Pereira- Sempre pensamos as contribuições teóricas em paralelo com a atuação dos pesquisadores que assumiram um papel de liderança, de mobilização na área. Pensando no contexto brasileiro, quais foram as pessoas que promoveram o campo do jornalismo do ponto de vista político, e quais foram os teóricos que ajudaram a constituir uma área de estudos em jornalismo?

Eduardo Meditsch- É difícil a gente fazer uma lista sem esquecer nomes fundamentais. Mas acho que podemos partir dos clássicos: Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho e todos aqueles nomes que foram recuperados pelo professor Marques de Melo, que tem esse papel muito importante de tentar não deixar morrer a memória sobre a área. Embora eu também ache que ele tem essa visão muito enaltecedora, no sentido de sempre apontar para o que houve de positivo, em todos os momentos, em todas as figuras, ele raramente vai fazer uma crítica, no sentido de apontar problemas. Penso que, em termos da pesquisa em jornalismo, a

gente tem essa fase, digamos, de pré-comunicação, em que se tinha uma visão do jornalismo, mais a partir das humanidades, da literatura, de uma perspectiva da relação do jornalismo com a cidadania. Era o que se chamou - o que eu chamei - de fase *beletrista*, a fase das humanidades, que depois algumas as pessoas vão dizer que é um humanismo antigo. Acho que uma obra importantíssima que surgiu ali, como um prenúncio do que viria a ser no futuro, que a gente chama hoje teoria do jornalismo, é o livro do Luiz Beltrão. Na introdução à Filosofia do Jornalismo ele fez um esforço muito grande para aquela época em que não existia internet, e não havia muito acesso à literatura estrangeira, de levantar o que se estudava de jornalismo pelo mundo e produzir um livro que está fora da curva naquela época. Um livro com uma solidez científica muito grande para aquele período. É curioso, o Luiz Beltrão é um personagem muito contraditório nesse sentido. Porque ele vai redigir esse livro, vai criar também o primeiro instituto de pesquisa em comunicação, na Faculdade Católica de Pernambuco. Em seguida, ele vai aderir ao golpe militar de 1964. Vai se entusiasmar com o golpe. Aquele documento do seminário CIESPAL¹, realizado no Rio de Janeiro, em 1965, e que trata do posicionamento do Beltrão é absolutamente chocante. Não só pela adesão ao golpe, como por assumir que a função da comunicação, a partir dali, era a de contribuir para a guerra psicológica. É até uma fala ingênua. Porque ele assume, com todas as letras, como a introdução da pesquisa em comunicação no Brasil, pelas mãos do CIESPAL, se inseria em um contexto de instrumentalização política da área naquele momento, uma forma de contra insurgência na América Latina, promovida pelos Estados Unidos. Ele fala que a guerra psicológica, era a questão do momento. A comunicação tinha que estar a serviço do enfrentamento comunista, e o instituto de pesquisa dele, o Inciform, ia se articular com essa proposta. Ele elogia a criação do Serviço Nacional de Informação² (SNI), da Escola Superior de Guerra. Naquele momento, ele chega a se articular com eles. Nos informes publicados pelo Inciform tem fotos de visitas de militares. Com isso, por um lado, ele vai ser aproveitado pela Ditadura, e vai assumir a direção da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), que estava sendo destruída³. O Luiz Beltrão vai ganhar a direção da faculdade da UnB, como um prêmio por seu posicionamento político. Depois ele mesmo acaba sendo perseguido. Ele se arrepende. Em um primeiro momento, ele adota essa concepção do CIESPAL, que era a de extinguir o ensino de jornalismo e substituí-lo pelo ensino e a pesquisa da comunicação coletiva, como ele chamava, naquele momento. Ele propõe a criação de agentes, que chamei uma vez de “comunicadores de pés descalços” - fazendo uma analogia com os médicos de pés descalços da China. Comunicadores que fossem trabalhar junto das populações rurais, ainda predominantes da América Latina, para evitar uma insurgência, como

a que havia acontecido em Cuba. A ideia era essa: levar a modernização tecnológica e ao mesmo tempo o enfrentamento ideológico contra a possibilidade de insurgência comunista. Então, ele adota completamente essa proposta e, em seguida, se arrepende e acaba saindo da USB. Mais tarde, nos anos 1970, vai inclusive criticar a proposta de comunicador que ele havia ajudado a implantar. Aí volta a reafirmar a necessidade do estudo de jornalismo. Mas ele teve uma importância teórica muito grande naquele primeiro momento. Depois disso, ele vai, de certa maneira, se perder nesse processo.

A mudança de paradigma

Eu acho que houve no Brasil um processo de apagamento dessa memória, que depois o Marques de Mello vai tentar recuperar. Mas isso é muito dramático, para o desenvolvimento de nossa área. Eu entrei na área como estudante e como profissional nos anos 1970. Na graduação da Universidade Federal Rio Grande Sul, a gente estudou comunicação sob a perspectiva norte-americana. Perspectiva onde entrava a cibernética, e toda uma postura positivista, voltada ao estudo dos efeitos da comunicação e das metodologias quantitativas. Foi essa formação que tive nos anos 1970. Nos anos 1980, quando fui fazer mestrado na Universidade de São Paulo, havia mudado o paradigma, e a hegemonia, agora, era do marxismo. A partir da própria virada que aconteceu no CIESPAL, a partir da virada que houve na Unesco onde os Estados Unidos deixaram de ter a hegemonia que eles tinham antes. E essa nova hegemonia passava pela socialdemocracia europeia. Então o CIESPAL, que é um órgão da Unesco, vai mudar a perspectiva da pesquisa em comunicação na América Latina. Começa a admitir intelectuais de esquerda em seus quadros e isso faz com que se mude completamente o paradigma do estudo da comunicação na maior parte da América Latina, particularmente no Brasil. Então vai-se estudar comunicação do ponto de vista de esquerda, contra hegemônico, anticolonial, coerente com o que estava acontecendo na Unesco, de acordo com a nova ordem mundial de informação e o relatório MacBride⁴. Isso vai perdurar por algum tempo e depois começa a se esvaziar. Em substituição, entra o paradigma da psicanálise. Surge uma multiplicidade de influências, dependendo da instituição: a semiótica em uma instituição, a filosofia em outra, a psicanálise em outra, depois os estudos culturais. Aí há uma multiplicidade maior de influências. Mais recentemente, entram também os estudos sociológicos norte-americanos a respeito do jornalismo, mais especificamente do *newsmaking*, que é o que vai dar, digamos assim, uma substância à criação das disciplinas de teoria do jornalismo que não existia até o final do século passado. No Brasil, surgem pesquisadores, tais como Nilson Lage, que tem uma importância grande durante uma época, não no sentido de institucionalizar uma teoria do jornalismo, mas o trabalho dele, como

pesquisador já mostrava um caminho de uma teoria do Jornalismo. O trabalho dele teve uma influência importante na obra de Adelmo Genro Filho⁵.

O papel de Adelmo Genro Filho

Adelmo foi talvez a pessoa que gerou a semente da institucionalização, de uma disciplina chamada teoria do jornalismo no Brasil. Por que? Porque ele fez uma crítica da teoria da comunicação, que até então era ensinada nas escolas de jornalismo, como insuficiente para explicar o jornalismo. Apontou para a necessidade de se desenvolver uma teoria própria de jornalismo. Mas fez isso com uma postura um pouco arrogante, com aquela arrogância dos jovens intelectuais marxistas, de que tudo mais não valia nada. O que não se enquadrava dentro do nosso paradigma não valia nada. Nós estávamos completamente isolados do que acontecia no resto do mundo. O Adelmo fala de criar uma teoria do Jornalismo e acho que até eu acreditei nisso, naquele momento, como se fosse uma criação brasileira ou quase isso. Como se não existisse nada no mundo a respeito. Na verdade, a gente ignorava tudo o que se passava no mundo a esse respeito. No período anterior à internet, a barreira linguística era muito mais séria do que agora e a gente não lia o que se publicava fora do país. Mas o Adelmo teve um papel importante. Mais do que propor a questão do jornalismo como forma conhecimento ou procurar retomar essa questão, que originalmente tinha sido proposta pelo Robert Park nos Estados Unidos, ele propõe o desenvolvimento dessa ideia e isso abre uma perspectiva de estudos que, particularmente, eu sempre achei muito interessante. Mas, mais do que isso, acho que a maior contribuição dele e de sua obra foi realmente apontado para a necessidade do desenvolvimento de uma teoria do jornalismo no Brasil. Paralelamente, existiam alguns pesquisadores, como o Muniz Sodré. São muitos pesquisadores que, na mesma época, trabalhavam com jornalismo já em uma perspectiva teórica. Mas sem uma organicidade, sem uma troca entre eles ou um espaço de trocas, que ajudasse a constituir uma área de pesquisa de teoria do jornalismo, ou de estudos de jornalismo. O Ciro Marcondes Filho também pertencia a uma linha de pesquisa mais antiga, que é a linha da UnB, de jornalismo e sociedade, que começa a produzir, de uma maneira mais sistemática, estudos de jornalismo. A linha da UnB foi a primeira a pensar como um grupo de pesquisa, a questão do jornalismo. Porque, de resto, estava tudo diluído dentro dos cursos de comunicação. Houve uma tentativa na USP, por exemplo, de criar um programa de pós-graduação em jornalismo no final dos anos 1990, mas foi logo extinto, sem que ninguém fosse formado. Era um programa bastante ambicioso, tinha vinte e poucos professores, várias linhas de pesquisa e, provavelmente, teria dado resultados muitos sólidos, pela qualidade e a quantidade de gente que estava participando dele. Mas foi extinto logo após a aposentadoria do professor Marques de Melo.

As tensões entre acadêmicos e profissionais

Nós vivemos um período em que havia uma certa imposição de um pensamento único na área de comunicação, um projeto que se expressava muito pelo grupo de pesquisa em epistemologia da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação (COM-PÓS), de constituir uma disciplina de teoria da comunicação, assim como havia um esforço da subárea de jornalismo de construir uma teoria do jornalismo como disciplina. Essa ideia vinha dos fundadores da pós-graduação em comunicação. Era um dos principais programas desses fundadores, que eram pessoas vindas, em sua maioria, de outras áreas acadêmicas, principalmente das ciências sociais, mas também da filosofia, da ciência da linguagem. Isso aconteceu devido à reforma do ensino da graduação, que passou de jornalismo à comunicação, que estava também no projeto do CIESPAL. A ideia era trazer pessoas da área de ciências humanas, principalmente de ciências sociais, para dentro da comunicação e isso ocorreu. Essas pessoas foram, por um lado, assumindo uma hegemonia acadêmica, porque eram as pessoas mais tituladas, mais preparadas cientificamente, inclusive para fundar a pós-graduação na área de comunicação. Por outro, eram pessoas que foram recebidas com muita desconfiança pelos professores que estavam lá, anteriormente originários da área profissional, que não reconheciam nos interesses daqueles professores, os seus interesses de pesquisa, os seus interesses profissionais, e resistiram muito à entrada dos novos. Ao mesmo tempo em que resistiram, no sentido de criar conflitos internos, não tinham a mesma capacidade acadêmica que tinham essas pessoas, por estarem todas já tituladas quando vieram para a nossa área. Então, a pós-graduação em comunicação é criada por pessoas que não tinham sua origem na comunicação. Isso cria, nessas pessoas, uma necessidade de se legitimar dentro da área. E o processo para se legitimar é criar uma disciplina chamada teoria da comunicação, que seja reconhecida dentro da área da comunicação, e seja, de certa maneira, aceita pelos profissionais da área. Até hoje há esse conflito interno na área, que às vezes se manifesta de maneira explícita, e às vezes continua subjacente aos movimentos que vão definir nosso processo de institucionalização. Essa é uma questão fundamental para o desenvolvimento da nossa área dentro do Brasil. A entrada desses acadêmicos deu qualidade científica a uma área. Seria muito mais penoso chegar ao nível de qualidade acadêmica que chegamos se não fosse pela presença desses acadêmicos que vieram de outras áreas, e que continuam sendo, até hoje, referências fundamentais em termos de metodologia, e de epistemologia da comunicação. Mas, por outro lado, o fato de não serem da área gera outro fenômeno na estrutura da universidade, a questão da departamentalização. Por que isso afeta o conflito de faculdades.

A regulação pelo Estado

É curioso que no Brasil existem três fenômenos paralelos que acontecem ao mesmo tempo: a reforma universitária de 1969; a transformação do ensino de jornalismo em comunicação, também em 1969; e a questão do diploma de jornalismo, que se torna obrigatório para o exercício da profissão a partir de 1969. São três fatores que, de certa maneira, não são articulados, embora todos eles sejam produtos de políticas de governo no contexto da ditadura militar, não foram exatamente pensados articuladamente. A reforma universitária já tinha sido ensaiada na própria criação da UnB, no sentido de a tornar uma universidade de pesquisa que, de certa maneira, é apropriada depois pelo governo militar, a partir dos acordos MEC-USAID⁶, com os Estados Unidos. E adota um modelo de reforma diferente do que tinha sido pensado na UnB, mas com alguns pontos em comum, a departamentalização é um deles. Como a departamentalização altera o conflito entre faculdades? A faculdade era centrada na formação profissional. Aí, cada faculdade contratava os seus professores de diversas áreas, a faculdade de direito tinha um professor de sociologia para trabalhar na faculdade de direito, e esse professor então se submetia às necessidades da formação profissional em direito. No momento em que se departamentaliza a universidade, o professor de sociologia vai estar no departamento de sociologia, atendendo tanto curso de direito como o curso de comunicação e todos os outros cursos. A partir daí, ele tem também uma autonomia. O departamento tem autonomia para decidir o que é pesquisa. Então essa pesquisa nem sempre vai estar alinhada com as necessidades de formação profissional, pelo contrário. No nosso caso, os professores vinham de outras áreas. Os professores que pesquisavam jornalismo no início, que eram os professores que tinham titulação, que tinham experiência em pesquisa, vinham de outras disciplinas, traziam com eles os problemas de outras disciplinas e obviamente se interessavam por aspectos que tinha muito a ver com esses problemas. Isso os afastava dos problemas que teriam, digamos assim, uma aplicação mais utilitarista em relação à formação profissional. Isso causa, então, uma dicotomia entre a pesquisa e o ensino nesse momento, que hoje está muito amenizada porque estamos vivendo com a terceira ou quarta geração de orientandos (de mestrado e doutorado) dessas pessoas que vieram de outras áreas. Então hoje as coisas evoluíram muito no sentido de uma aproximação entre pesquisa e formação profissional.

A questão do diploma de jornalismo

A transformação dos cursos de jornalismo em cursos de comunicação vai acontecer por imposição de um currículo mínimo e aí eu acho que é uma particularidade brasileira na institucionalização da área. Interessante a gente observar que o ensino de jornalismo já era lei antes de ser ensino de jornalismo. Antes de se criar o

curso já criaram uma lei dizendo como deveria existir o curso e o curso demora quase uma década para ser criado. O Estado regulamenta de uma maneira muito forte o ensino superior no Brasil. Isso determina como vai ser esse ensino. Então, muitas vezes, as disputas políticas internas, dentro da área acadêmica, acabam se transformando em disputas pela conquista do Estado. Ou seja, se a gente conseguir convencer o Ministério da Educação do que deve ser o curso de comunicação ou de jornalismo, a gente vai ter sucesso e implementar. Não é simplesmente um debate interno, é um debate que se passa pela conquista do Estado. Isso acontece. Só que às vezes a conquista do Estado se dá por pressão de baixo, digamos da própria área acadêmica ou da área profissional. Isso explica outro fenômeno de 1969, a questão do diploma, que, muitas vezes, foi mal interpretado. Foi argumentado que a obrigatoriedade do diploma era uma imposição da ditadura, no sentido de controlar a produção de jornalismo ou limitar a liberdade de expressão. Eu acho que isso não corresponde à realidade. Na verdade, a ditadura atendeu a uma reivindicação histórica da área profissional por um esforço de cooptação dos sindicatos. Vários dos sindicatos do país estavam nas mãos de sindicalistas, se não completamente simpáticos à ditadura, que pelo menos, conviviam com ela. Há então um esforço do regime de apoiar esses sindicalistas. Eles aceitam essa reivindicação histórica da área, e criam a exigência do diploma específico para o exercício profissional.

As convergências entre meio acadêmico e meio profissional

Acho que isso afetou muito o desenvolvimento do processo de institucionalização da área acadêmica do jornalismo. Em poucos países do mundo houve uma convergência tão grande, entre a área profissional e a área acadêmica. Passado o momento que tem esse reconhecimento do jornalismo como uma profissão de nível universitário, os acadêmicos começam a se interessar pela pesquisa na área – algo que vejo acontecer em poucos países. Geralmente essas coisas são muito distantes e, no Brasil, elas se aproximaram. Isso é materializado pela criação das entidades da área: a entidade de pesquisa, Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo; a entidade dos professores, que é o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, hoje Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo; e a entidade sindical, que é a Federação Nacional dos Jornalistas. As áreas profissional e acadêmica trabalharam na criação dessas entidades e na definição do que elas seriam, de uma maneira muito próxima. Em parte, isso se deve ao fato de que a regulamentação da profissão se tornou diferente da que acontece em outros países, por meio das carteiras de jornalista, em que a pessoa é jornalista enquanto está exercendo a profissão na mídia. No Brasil, o diploma passou a definir quem é jornalista como quem tem o diploma. Mesmo que tenha enveredado para outra carreira, continua sendo jornalista - assim

como médico continua médico quando se transforma em professor e pesquisador da área de medicina. Isso fez com que a identidade profissional permeasse a área de ensino e de pesquisa de uma maneira que se vê pouco em outros países. Hoje, se você pegar a diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas, vai ver que mais da metade dos diretores, dos sindicatos e federações, são professores de jornalismo. São pessoas muito ligadas à pesquisa em jornalismo que estão exercendo funções na área sindical. Então esse cruzamento das áreas aconteceu, embora isso possa se perder com o tempo, na medida em que a exigência do diploma deixou de existir em 2009. São dois processos que podem mudar esse estado de coisas, mudar a forma como a nossa área se institucionaliza no Brasil. Primeiro, a questão de o diploma ter deixado de ser obrigatório, que tende a afastar a área profissional da área acadêmica ao longo do tempo. Segundo, a mudança de gerações. Grande parte dos pesquisadores de jornalismo nos dias de hoje, diferente da minha geração e da Zélia, não são pessoas que passaram pelo mercado profissional. Então passam a pensar a profissão como a profissão de pesquisador não a profissão de jornalista. Isso obviamente tem também consequências na identidade da área e na própria percepção do lugar da pesquisa em relação à profissão. A profissionalização acadêmica vai ter uma influência diferente do que teve a profissionalização como jornalista que nós tivemos.

O projeto de uma teoria do jornalismo

Eu acho que isso é muito importante para o desenvolvimento da área, observar esse fenômeno da mudança de geração e do fim do diploma. Penso que essas questões influenciaram bastante a maneira como a nossa área se desenvolveu. A partir deste período, não dá para prever o que será daqui para frente. Foi muito rico, esse entrecruzamento, essa maneira em que uma área alimentou a outra, que uma identidade alimentou a outra, incluindo na criação de uma teoria do jornalismo, dos estudos de jornalismo. Acho que teoria do jornalismo ainda é um projeto. Ainda estamos longe da criação de uma disciplina no Brasil, apesar do alerta do Adelmo Genro Filho sobre a ausência de uma disciplina que se preocupasse com isso. Houve um impulso no Brasil também a partir da influência da regulação pelo Estado no primeiro Exame Nacional de cursos em 1998/99⁷, que passou a ser e o instrumento de avaliação dos cursos de graduação e que, pela primeira vez, propôs que teoria do jornalismo deveria estar dentro dos cursos de jornalismo. Então, a partir daí, começa se institucionalizar de uma maneira mais generalizada no Brasil essa disciplina dentro dos currículos da graduação. Não como uma disciplina científica, mas da mesma forma como a teoria da comunicação, que tem dificuldades em se afirmar como disciplina científica, com metodologia própria, com referências que sejam consensuais dentro da área. Acho que as dificuldades são semelhantes entre uma disciplina e outra. Mas

começa a surgir, dentro dos currículos comunicação, essa rubrica de teorias do jornalismo e que depois vai ser oficializada de maneira mais explícita com as diretrizes curriculares de 2013. Ela passa então a ser praticamente obrigatória, dentro dos currículos. Acabou tendo-se a presença de uma teoria do jornalismo, embora a disciplina não tenha ainda se desenvolvido a ponto de se autonomizar.

Zélia Leal Adghirni - Você tocou em um ponto fundamental: a fundação da SBPJor. Nós três aqui temos muito orgulho de sermos sócios-fundadores da entidade. Para nós, professores e pesquisadores, foi um movimento extraordinário para unificar a área, para lançar questões fundamentais e aumentar a produção do conhecimento. Então, gostaria que você falasse um pouco sobre a importância SBPJor na pesquisa em jornalismo no Brasil.

Eduardo Meditsch - Bom, acho que a SBPJor legitimou os estudos de jornalismo no Brasil. Até então os estudos de jornalismo tinham uma posição quase marginal dentro da comunicação. Em certo momento, chegou a haver uma tentativa de uma área hegemônica na pós-graduação de tentar constituir uma disciplina de teoria da comunicação, como uma referência única, e que toda pesquisa teria que ser baseada naqueles autores, naquelas concepções, naquelas metodologias propostas por eles. Me lembro de, muitas vezes, participar de bancas de teses e dissertações em que a parte teórica não tinha nada a ver com a pesquisa empírica. Simplesmente porque as pessoas eram obrigadas a citar aqueles autores, aquelas referências, que estavam dentro dos seus programas de pós-graduação para poder legitimar a pesquisa dentro do programa, diante da área, e era uma situação absurda. Acho que a criação da SBPJor já era uma reação, de certa maneira, a esse processo de discriminação contra os estudos de jornalismo. Não havia mais espaço dentro dos grupos de pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) para o volume de pesquisa em jornalismo e o espaço que a gente tinha dentro dos grupos para apresentar era muito pequeno. Não havia como acomodar toda a demanda no espaço da comunicação. Então a SBPJor abriu a possibilidade para que toda a pesquisa em jornalismo pudesse se apresentar e se legitimar. A pesquisa ganhou um impulso que nunca tinha tido. Realmente, a criação da SBPJor é fundamental para isso. Para alguns dos fundadores da SBPJor, em alguns momentos isso se diluiu no sentido de valorizar a questão interdisciplinar ou de valorizar mais as outras disciplinas externas, do que os próprios estudos de jornalismo. Hoje a gente está chegando a um equilíbrio maior sobre isso. A área de jornalismo está consolidada como uma área de pesquisa e isso se deve a SBPJor, embora ainda existam muitas cicatrizes

das disputas internas, sobre essa questão. Essa questão da unicidade, da diversidade da área, é sempre uma questão de um equilíbrio instável e que precisa sempre estar sendo trabalhada. Às vezes, o simples fato de falar nisso já causa uma reação. Eu publiquei um texto sobre o debate das diretrizes, na revista *Questões Transversais* da Unisinos, que se chama “As diretrizes críticas e a crítica das diretrizes”⁸. Justamente vendo essa diferença de perspectiva entre as subáreas da comunicação e que muitas vezes a área de teoria da comunicação, ou pelo menos essas pessoas que são os principais autores da área, não se pensam como uma subárea, mas se pensam como uma área, e entram em conflito com as outras subáreas que não as reconhecem. Isso continua existindo, continua sendo uma zona de tensão dentro da área, que precisa sempre ser administrada, no sentido de a gente conseguir que as questões políticas internas sejam tratadas de uma maneira que não prejudique ninguém. Essa é a questão principal.

Zélia Leal Adghirni - Eu gostaria de saber como é que você vê o futuro do jornalismo a partir do seu livro *Pedagogia para o Jornalismo que está por vir*. O que é o jornalismo que está por vir?

Eduardo Meditsch - Bom, a futurologia é difícil, mas eu vejo para onde a gente deveria apontar. Eu tenho uma visão muito freireana⁹, por isso, tenho que trabalhar essa questão com um paralelo com a educação. Devemos observar mais particularmente a educação. Quando a comunicação se aproximou da educação, foi por meio da educomunicação, foi em uma outra perspectiva, em uma perspectiva de uso da mídia na educação ou de educação para a mídia, que são os dois termos que eles trabalham. Eu acho que temos que pensar particularmente o jornalismo e não a comunicação como um todo, temos que pensar justamente o jornalismo como um meio de aprendizado ou um meio de produção de conhecimento. A produção de conhecimento surge como uma resposta à necessidade de aprendizado das pessoas. Acho que, nesse sentido, é interessante a perspectiva freiriana. Nessa relação entre mundo e jornalismo, acho que o jornalismo foi atropelado por uma concentração de capital absurda, como a maior parte das instituições, do mundo, da civilização, da modernidade, estão sendo atropelados por essa concentração absurda de capital. Em que todas as instituições estão se desmoralizando, estão perdendo legitimidade e o jornalismo é mais uma entre elas. A transformação do jornalismo em um negócio. A produção de conteúdo vira um negócio, e envolve tanto a informação verdadeira como a informação falsa, que dá lucro de maneira igual para as plataformas, para o capitalismo de plataformas. É um desafio imenso para o jornalismo. Eu acho que é nesse sentido que a gente tem que pensar, reinventar o jornalismo. Se isso já era uma necessidade presente dentro de um desenho tradicional do jornalismo, com

a extensão da democracia, hoje ainda é mais fundamental o jornalismo se reinventar. No caso do Brasil, eu levei um choque com a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) no Congresso. Para mim, aquilo mudou completamente a minha percepção sobre o que é o Brasil. Acho que me tirou da bolha. Acho que nós vivíamos, de certa maneira, seguimos vivendo dentro de uma bolha que tem muito a ver com as ideias fora do lugar lá, do Robert Schwarz. Nós vivemos dentro da universidade, e dentro do jogo do mundo do jornalismo, nós vivemos como se habitássemos em um país com instituições democráticas, republicanas, e não é assim o Brasil. O Brasil não é isso. Retomo aquela perspectiva lá do que vem do Edmar Bacha, da Belíndia¹⁰, a ideia de que o Brasil é uma Belíndia e nós vivemos na Bélgica. A gente pratica tanto a formação profissional e a pesquisa, como se estivéssemos na Bélgica, e escrevemos para a população que vive nessa Bélgica. Aí surge aquele Congresso¹¹, de repente, mostrando o resto do Brasil, aquela instituição política nacional e nos surpreende, e o Bolsonaro é um desdobramento daquilo e a gente não tem resposta. Daí a reinvenção do jornalismo. Passa não só por uma questão de como sustentar o jornalismo. No caso brasileiro, nós temos que romper o nosso elitismo, principalmente nos cursos de jornalismo. Os alunos entram nos nossos cursos pensando em ser apresentadores de Jornal Nacional ou escreverem para a Revista *Piauí*. Essa é a formação que a gente dá para eles. Aí eu acho que essa perspectiva freiriana pode nos levar a pensar em reinventar o jornalismo no Brasil. É fundamental inventar um jornalismo popular de qualidade. Este é o grande desafio da pesquisa. Por conta de todo o meu percurso e por ser de uma geração que sempre pensa em pesquisa que tenha uma finalidade aplicada, eu defendo essa perspectiva. Não penso na pesquisa, mas em uma ciência aplicada. Paulo Freire é um exemplo para nós, embora a gente possa também ter limitações como ele próprio sempre colocou, no trabalho dele, de que não basta a gente inventar isso na universidade, porque isso não vai ser automaticamente aplicada na sociedade. Mas é fundamental a gente pesquisar e desenvolver, criar modelos a serem aplicados quando a dinâmica social permitir.

Fábio Pereira- Está mais difícil ser pesquisador do jornalismo no governo Bolsonaro?

Eduardo Meditsch - Está mais difícil ser pesquisador de qualquer coisa. Primeiro, porque, na verdade, a questão principal hoje no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹² é o corte de verbas. Isso tem sido uma questão mais limitadora da pesquisa, do ponto de vista do governo. Não chega a ser, enquanto política governamental, uma interferência no sistema de pesquisa, a não ser aquelas prioridades que eles estabeleceram. Acho que é até legítimo que o governo estabeleça prioridades estraté-

gicas, que tenha a questão das tecnologias de comunicação como foco. O que está errado é o fato de colocar isso em todos os editais. Eu acho que eles deveriam definir as prioridades e criar editais específicos para elas. Não interferir em todos os editais, incorporando aquelas prioridades nos projetos. Mas não há uma grande interferência, pelo menos o CNPq tem conseguido manter mais autonomia do que a própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹³. Na Capes, a interferência vem sendo maior e não sei o que vai representar em termos de influência nos programas de pós-graduação, na política de bolsas de pesquisa. Mas, por enquanto, o grande problema é a questão das verbas mesmo, do corte, que está afetando todas as áreas. Infelizmente, criando mais um momento em que os melhores brasileiros acabam sendo mandados para outros países, porque não encontram lugar para pesquisar no Brasil. Esse é um problema sério. A gente sabe que destruir é fácil. A UnB é um exemplo disso. Você destrói em uma semana e leva uma década para reconstruir. Em relação à ciência, isso demora ainda mais. Então vamos ver o que vai ser da ciência brasileira e da nossa área de pesquisa, depois de passar este vendaval.

*Propos recueillies par Zélia Leal Adghirni
et Fábio Henrique Pereira*

*Entretien annoté par Zélia Leal Adghirni
et Fábio Henrique Pereira*

**Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo :**

Zélia Leal Adghirni, Fábio Henrique Pereira, « “A teoria do jornalismo ainda é um projeto”. Entrevista com Eduardo Meditsch », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 11, n°2 - 2022, 15 décembre - december 15 - 15 de dezembro.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v11.n2.2022.498>

NOTES

^{1.} Criado pela Unesco, em 1958, com sede no Equador, o Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL) tem como missão promover o direito à comunicação no subcontinente. Em 1965, o CIESPAL organizou um seminário no Rio de Janeiro com o objetivo de debater as contribuições dos investigadores norte-americanos para o estudo das Ciências Sociais na América Latina.

^{2.} Criado em 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI) facilitava a circulação de informações entre os diversos órgãos que compunham a estrutura de repressão e de combate aos opositores do regime militar no Brasil.

^{3.} O projeto de criação da Universidade de Brasília, no início dos anos 1960, tinha como objetivo incentivar a pesquisa e inovação no ensino superior, com a valorização da interdisciplinaridade, a flexibilidade dos currículos, a centralidade da atividade de extensão, a organização dos institutos centrais que promoviam uma formação básica e a convivência entre estudantes de diversos cursos. A ditadura militar tratou esse projeto como foco de subversão e promoveu uma série de ações para destruí-lo. Uma das mais conhecidas foi a invasão militar da Universidade, no dia 29 de agosto de 1968, que resultou no espancamento, prisão e tortura de estudantes e funcionários

^{4.} O documento, patrocinado pela Unesco e publicado originalmente em 1980, foi redigido pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean McBride. O relatório abordou temas como censura, monopólio estatal, políticas nacionais de comunicação e direito à comunicação. Foi editado em português com o título *Um Mundo e Muitas Vozes*

^{5.} Jornalista e militante político, Adelmo Genro Filho foi professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sua dissertação de mestrado, concluída em 1986 pela mesma universidade, apresentava uma proposta de teoria do jornalismo, que resultou na publicação do livro *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. A íntegra da obra pode ser acessada em: <http://www.adelmo.com.br/index1.htm>

^{6.} Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), com o objetivo de reformar

o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Consistiam em convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Essas reformas foram implantadas pelos militares que tomaram o poder, em 1964.

^{7.} Processos de avaliação e regulação da educação superior realizados sob a coordenação do Ministério da Educação. Foi implementado em 1996, avaliando cursos de três áreas do conhecimento — administração, direito e engenharia civil —, e ampliou sua abrangência gradualmente. Em sua última edição, em 2003, a aplicação do Provão, como era chamado, alcançou 30 áreas do conhecimento, incluindo a Comunicação/Jornalismo. A partir do governo Lula (2003-2010) Foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

^{8.} Meditsch, E. (2015). As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica de Comunicação. *Questões Transversais*, 3(5). Recuperado de <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/10649>

^{9.} Em referência ao método pedagógico desenvolvido pelo educador e filósofo brasileiro Paulo Freire e que propunha uma maneira de educar intrinsecamente ligada à vida cotidiana – e por isso também à política. Um dos trabalhos mais conhecidos de Freire é o livro *A pedagogia do oprimido*.

^{10.} Termo popularizado pelo economista brasileiro Edmar Bacha em referência a um país fictício, uma conjunção entre Bélgica e Índia. Esse país teria as leis e impostos da Bélgica, um país pequeno e rico, mas a realidade social da Índia, gigante e pobre.

^{11.} O entrevistado faz referência às manifestações dos deputados brasileiros por ocasião da votação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016.

^{12.} Agência responsável pelo financiamento da pesquisa e inovação no Brasil.

^{13.} Fundação ligado ao Ministério da Educação que avalia e fomenta os programas de pós-graduação no Brasil. É responsável, por exemplo, pela concessão da maioria das bolsas de mestrado e doutorado a nível federal.